

# A NEGOCIAÇÃO DA PAZ EM VERSALHES (1919): A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA MOTIVADA PELO CAFÉ

*The peace negotiation in Versailles (1919): The Brazilian participation motivated by coffee*

Rogério Augusto Bilíbio<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar em que contexto os interesses dos cafeicultores atuaram no cenário de declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha, em 1917, bem como na conseguinte negociação da paz em 1919. Para tanto, faz-se uma exposição do cenário da época, com destaque para a economia cafeeira. Na sequência, são explicitadas as razões políticas que sustentam a importância da cultura cafeeira no processo. Como principais reflexões do estudo podem-se apontar: a) as forças políticas da República Velha estavam ligadas à cafeicultura; b) as ações do estado para proteger os interesses dos cafeicultores eram comuns e intensas no período; c) o peso da atividade cafeeira nas exportações do país; estes fatores pretendem suscitar a discussão de um argumento que entenda a proteção dos interesses dos cafeicultores como fator importante para as ações do Brasil durante a Primeira Guerra Mundial.

Palavras-chave: Brasil. Primeira Guerra Mundial. Café.

## Abstract

*The objective of this study is to analyze the context in which the interests of coffee growers took part in the scenario of Brazil's declaration of war against Germany in 1917, as well as the subsequent negotiation of peace in 1919. For this purpose, it is essential to expose the scenery at that time, with emphasis on the coffee economy. The next set is to explain how the political powers sustain the coffee culture in the process. As main reflections of the study can be pointed out: a) the political powers of the "República Velha" were linked to coffee culture; b) the actions of the state to protect the interests of coffee farmers were common and intense in the period; c) the value of coffee activity in the country's exports; these factors aim to elicit the discussion of an argument that considers the protection of coffee growers' interests as an important factor for the actions of Brazil during the World War I.*

*Key-words: Brazil. World War I. Coffee.*

Recebido em 17 de maio de 2019

Aceito em 3 de setembro de 2019

## 1 INTRODUÇÃO

A Conflagração Universal de 1914, mas tarde batizada pela historiografia de Primeira Guerra Mundial (1ª GM), durou até 1918, colocando o mundo ocidental (aquilo que chamamos de ocidente no campo das ideias) e a Europa ocidental (geograficamente) em uma posição de enfrentamento das suas contradições: a tão alegada prosperidade do século XIX, *Belle Époque* do capitalismo, fizera o continente mergulhar em um conflito sangrento, com alto número de perdas humanas, dispêndio de recursos e redesenho dos limites entre países, impérios e reinos.

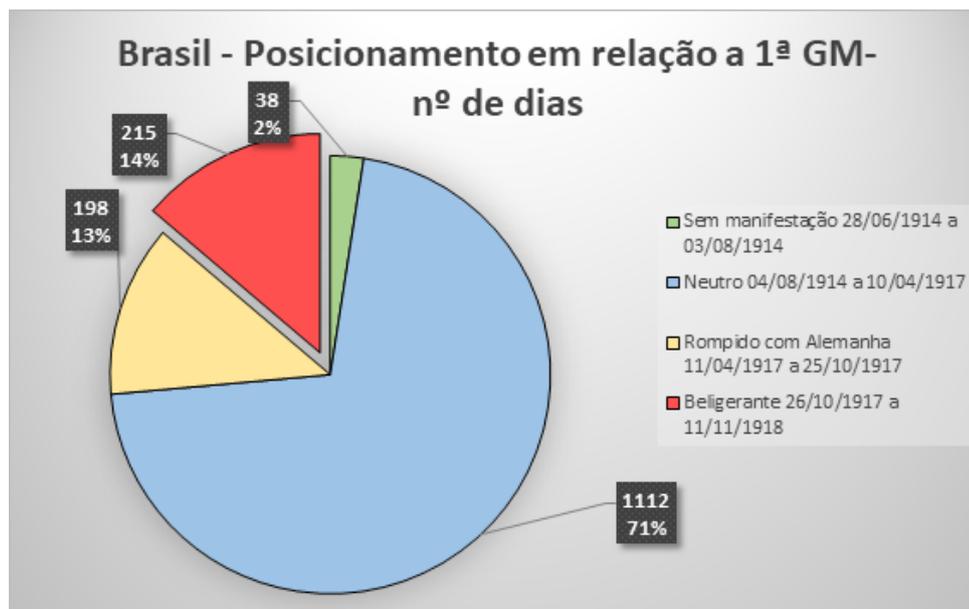
Os dois eixos beligerantes, e seus aliados, mediram suas forças nestes quatro anos, provocando nos demais continentes as mais variadas reações. Na América do Norte, em função da economia americana, esperava-se dos EUA uma intervenção militar, operacional e de abastecimento, que acabou ocorrendo. No restante do continente –

<sup>1</sup> Mestre em História Regional pela Universidade de Passo Fundo; Especialista em Educação pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Extensão; rogerio.bilibio@unoesc.edu.br

influenciados pela decisão americana, mesmo concordando ou discordando, os estados foram se pronunciando, pouco a pouco. Resumidamente, foram estas as posições dos países americanos no conflito: mantiveram-se neutros até o fim: Argentina, Paraguai, Venezuela, Colômbia, Chile, El Salvador e México. Uruguai, Peru, Equador, e Bolívia romperam relações com a Alemanha. Declararam guerra à Alemanha: Brasil, Estados Unidos e Canadá, mais Costa Rica, Cuba, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá (embora tenham declarado guerra à Alemanha, não se envolveram no conflito).

Quanto ao Brasil, passou por quatro momentos ao longo do conflito: A neutralidade, o rompimento da neutralidade, o rompimento de relações com a Alemanha e finalmente a declaração do estado de guerra contra a mesma. Cronologicamente, dos 1.563 dias de duração da 1ª GM, a participação brasileira foi a seguinte:

Gráfico 1 – O Brasil na Primeira Guerra Mundial



Fonte: o autor.

Como se percebe, durante a maior parte do conflito, o Brasil optou pela neutralidade (71% do período de guerra). Romper com este status, e ainda mais, declarar guerra a um dos lados, necessariamente é fruto de uma estratégia de Estado, visando a obtenção de resultados, já que, ao contrário dos países europeus, o Brasil não sofreu com invasões do seu território. Entender a intenção brasileira com a declaração de guerra contra a Alemanha, tendo como argumento que tal fato ocorreu visando à participação na conferência de Versalhes para resguardar os interesses dos cafeicultores, é o tema deste estudo.

## 2 QUE BRASIL EXISTIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX?

O Brasil do início do século XX era, no ponto de vista político, uma república recém implantada, que na década anterior precisou recorrer à força militar para eliminar os descontentes da ideia de um estado republicano. Nos primeiros anos de 1900, o Brasil possuía 20 estados, com o Distrito Federal sediado no Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, foi definida a fronteira do atual estado do Amapá. O Acre é anexado em 1903, Santa Catarina e o Paraná só vão definir suas divisas em 1916. Nas atuais regiões Norte e Centro Oeste, não haviam as divisões que geraram os estados do Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins. Isto dá uma noção de que internamente, havia muito ainda a se fazer no país em termos de organização e integração nacional. Pelo mapa do Brasil Republicano (1889), tem-se uma visualização mais detalhada:

Figura 1 – Mapa político do Brasil ao início do Século XX



Fonte: IBGE (2018c).

Desta forma, quando se propõe a caracterizar o Brasil que entrou na guerra, é praticamente inevitável ter que se proceder a um reducionismo, pois a política, os embates, os interesses defendidos quando das decisões tomadas pelo Estado, dizem muito mais respeito aos atores do Café-com-Leite (e alguns pontos de influência ao sul e ao nordeste) do que propriamente a uma posição legitimamente nacional, pois as demais regiões ainda estão bastante isoladas. Portanto, são os interesses do que hoje chamamos agronegócio que vão determinar os rumos do Brasil na Guerra. Neste sentido, o café, a borracha e o algodão surgem como produtos agrícolas principais, principalmente o primeiro. Destaca-se ainda a pecuária leiteira, também concentrada na região sudeste.

Para compreender o papel do café na economia brasileira, é preciso recorrer ao século XIX, quando, junto ao fator cafeeiro, dois outros aspectos modificaram a estrutura econômica da época:

No fim da metade do século XIX, por outro lado, dois acontecimentos anunciaram mudanças significativas no Brasil: findara o prazo de vigência dos acordos firmados com a Inglaterra, permitindo ao governo procurar na tributação alfandegária recursos que antes lhe eram proibidos; firmara o governo, paralelamente, com o lei de supressão da entrada de escravos africanos, posição nova diante do problema, depois de tergiversações prolongadas, e a extinção do tráfico negreiro deixara em disponibilidade recursos vultosos, que buscariam aplicação em outras áreas, particularmente na

lavoura nova, de exportação. Tais recursos influíram também em outros aspectos do desenvolvimento cafeeiro, que era novo, entre nós: a comercialização do produto pertencia aos nacionais. (SODRÉ, 1982, p. 47).

A extinção da importação dos escravos liberou capitais dos fazendeiros; o fim dos privilégios alfandegários da Inglaterra – somados à Tarifa Alves Branco, permitiram ao estado brasileiro que equilibrasse suas finanças e seu comércio exterior; ao mesmo tempo, ampliou as possibilidades internas de geração de riqueza. Utilizando ainda os dados de Sodré (1982, p. 47), na tabela abaixo mostra este crescimento:

Tabela 1 – Comércio externo brasileiro no século XIX

<b>Década</b>	<b>Receita (em contos de réis)</b>	<b>Balança comercial (em contos de réis)</b>
1850/59	20.000 (1843)	- 12.000
1860/69	71.000 (1867)	+ 15.000
1870/79	100.000 (1871)	+ 35.000
1880/89	200.000 (1891)	+ 30.000
1890/99	300.000 (1895)	+ 70.000

Fonte: adaptado de Sodré (1982).

A confirmar o cenário descrito anteriormente, tem-se que a positividade da balança comercial, conseguida no início da década de 1860, dá-se, em grande parte, do aumento das exportações dos produtos agrícolas já mencionados. O café surge como o principal produto, por conta das condições naturais – solos férteis, topografia favorável e chuvas regulares – e das condições humanas, como descreve Caio Prado Júnior:

As condições naturais do país, ou antes, de algumas de suas regiões (o clima, a qualidade do solo) contribuem para isto, naturalmente, em grande e primordial parte. Mas o fator decisivo que permitiu o enorme surto da lavoura cafeeira do Brasil neste último meio século, foi sem dúvida a imigração europeia que forneceu os braços e o trabalho necessário. A íntima dependência do progresso cafeeiro com relação à imigração foi aliás sempre notória e muito bem compreendida. A administração do Estado de São Paulo (o principal e grande produtor, e que se tornará autônomo com a implantação do novo regime republicano federativo) fez da questão imigratória o programa central de suas atividades e resolveu-a dentro de um sistema que se pode considerar perfeito e completo. (PRADO JÚNIOR, 1974, p. 226).

Em que pese a afirmação da importância do imigrante na produção cafeeira, interessa muito mais a este estudo o argumento de que o Estado de São Paulo liderava este processo, pois a partir do fato de o café ser estratégico na economia nacional, e da região sudeste ser o principal centro produtor, constrói-se a visão central deste estudo, de que o destino do café no comércio europeu movimentou o Brasil na Primeira Grande Guerra.

A respeito da concentração da produção no Sudeste, o mesmo autor assim sustenta a tese:

Em suma, a concorrência das terras virgens do este de São Paulo, com seus magníficos solos, sua topografia regular que proporciona boas facilidades para o transporte, e com seu clima a que o trabalhador europeu se adaptou fácil e admiravelmente, desviou para elas os melhores esforços e recursos do país; e lá se concentrou a maior e melhor parcela de lavoura cafeeira do Brasil; mais da metade do número total de seus cafeeiros, com uma produção que ultrapassa 60% da produção global do país. E sobretudo com esta considerável parcela paulista que o Brasil contará para colocar-se, tão esplendidamente, (...) no comércio internacional do café. (PRADO JÚNIOR, 1974, p. 227).

Estabelecida a característica agrícola da economia brasileira, resta entender, como último aspecto desta descrição do país, as forças políticas. Neste sentido, a denominação da primeira fase republicana como Política do Café com Leite pela historiografia, ilustra muito bem o contexto. A representatividade política de São Paulo (café) e Minas Gerais (leite) é frequentemente citada em relação aos presidentes deste período, entre 1889 e 1930. Na verdade, dos 13 presidentes que efetivamente exerceram o mandato, quatro eram mineiros, três paulistas e dois cariocas, totalizando nove presidentes da região sudeste. Ocuparam ainda o cargo três nordestinos (dois alagoanos e um paraibano), além de um gaúcho. Todavia, os dois primeiros presidentes, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, alagoanos de nascimento,

pertencem ao período de afirmação do regime republicano, e não foram eleitos pelo voto direto. Assim, podemos dizer que dos 11 presidentes restantes, nove representam diretamente a política do Sudeste.

Não somente da figura do presidente, porém, que se pode perceber a influência da oligarquia agrícola na política. O Senado, a Câmara Federal, os governadores e legisladores estaduais também eram, majoritariamente, controlados por representantes destes grupos.

## 2.1 A POSIÇÃO BRASILEIRA DIANTE DA GUERRA

A partir do assassinato do príncipe Francisco Ferdinando, como já citado, o Brasil permaneceu por pouco mais de um mês – 38 dias – sem se manifestar a respeito. Na verdade, é somente a partir da invasão da Bélgica, em 03 de agosto de 1914, que o conflito vai se generalizar, e nesse momento o Brasil opta pela neutralidade, posição que manteria até abril de 1917. Em outubro do mesmo ano, declararia estado de guerra contra a Alemanha. Havia, no país, os defensores de um alinhamento com a Alemanha, os defensores da neutralidade e também de um alinhamento com a Tríplice Entente.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, o Brasil adotou oficialmente uma política de neutralidade diante do conflito europeu. Tendo em vista o acirramento da guerra, instalou-se um debate interno que dividiu opiniões sobre qual deveria ser a posição do país. Havia entre os intelectuais uma minoria francamente germanófila (Monteiro Lobato, Lima Barreto), outra a favor da continuidade do neutralismo, com maior ou menor intensidade (Dunshee de Abranches, Alberto Torres, Oliveira Lima), e, finalmente, uma maioria aliadófila, na qual se incluía Rui Barbosa (Olavo Bilac, Graça Aranha, Manuel Bonfim, Miguel Lemos, José Veríssimo, Coelho Neto, entre outros) (GARCIA, 1996, p. 113).

Contudo, a questão não é tão simples como parece. Entre os “neutros”, por exemplo, Dunshee de Abranches fazia discursos que soavam como germanófilos. Rui Barbosa, um dos maiores defensores da neutralidade brasileira, entendia que esta “neutralidade” tinha que posicionar-se fortemente contra os alemães, alegando que o comportamento destes no cenário de guerra não era compatível com o de uma nação civilizada. Assim, ser “neutro”, para boa parte dos políticos brasileiros, era também aproximar-se, principalmente, da Inglaterra. Como explicação disto, as questões financeiras que amarravam o Brasil com aquele país. A este respeito, escreve o autor Vinhosa:

Devemos ressaltar, contudo, que quando começou a guerra a supremacia inglesa na economia brasileira era indiscutível. Posição conquistada desde 1808, quando da vinda da Família Real portuguesa para o Brasil. Daí a arrogância de autores, ingleses, como James Bryce, que em 1912 publicou um livro polêmico, intitulado *South America*. Passando pelo Brasil em 1910, viu a mão protetora de seu país por trás de todas as realizações nacionais: estradas de ferro, portos, estabelecimentos comerciais e industriais. O Brasil, sendo uma terra de negros e mulatos, deveria se conformar em ser protetorado estrangeiro. Os aspectos negativos do país, como raça inferior, falta de capitais e de governantes capazes, não lhe permitiam uma vida autônoma (VINHOSA, 1990, p. 25, grifo do autor).

Rui Barbosa, ao defender a neutralidade, afirmava que esta não poderia ser confundida com passividade, e que, dado o rumo que a Alemanha tomara na guerra, principalmente pela forma como a Bélgica foi invadida, cobrava de forma veemente que as nações americanas não poderiam deixar de se manifestar de forma contrária a este fato. No discurso do centenário da independência argentina, Rui Barbosa deixou bem claro sua posição:

Em 14 de julho de 1916, por ocasião das comemorações do centenário da independência argentina, Rui pronunciou sua famosa conferência sobre o dever dos neutros, na Faculdade de Direito e Ciências Sociais de Buenos Aires, intitulada “Os conceitos modernos do direito internacional”. Rui condenou a “agressão organizada” da Alemanha, afirmando que para ela os tratados internacionais seriam meros “farrapos de papel”. Sustentou que não eram os governos democráticos os que turbavam a paz do mundo, porque a democracia e a liberdade eram “pacíficas e conservadoras”. A guerra em andamento, argumentou, “seria impossível se os povos, e não o direito divino das coroas, dominassem a política internacional”. Os horrores do conflito e a destruição repercutiam longe e a ninguém era dado permanecer indiferente em face da barbárie. Os neutros sofriam as consequências da guerra tanto quanto os Estados beligerantes e a neutralidade, pois, implicava obrigações claras. Devia-se recorrer à “orientação pacificadora da justiça internacional”, já que os tribunais, a opinião pública e

a consciência não podiam se declarar neutros entre a lei e o crime. (GARCIA, 1996, p. 114, grifo do autor).

Isto posto, torna-se imprudente afirmar que as posições do Brasil em relação à Guerra, ainda que agrupadas nas três vertentes, tivessem uma coloração absoluta, ou seja, em cada uma delas, a intensidade e a intenção variavam. De forma geral, os defensores de uma aproximação com a Alemanha utilizavam como fundamento a capacidade alemã de produção, de desenvolvimento tecnológico e uma tradição de comércio e de investimento no Brasil, já que muitos alemães instalaram aqui seus negócios.

Já os defensores de uma aproximação com os aliados (e aqui contavam efetivamente a França, a Inglaterra e os EUA), faziam referências ao modo como a Alemanha se conduzia na guerra, desrespeitando os tratados de neutralidade, alegavam também a tradição cultural entre Brasil e França, bem como as relações comerciais com a Inglaterra. E por fim, o alinhamento com os EUA, potência americana, com a qual não convinha discordar.

Em relação aos que se consideravam neutros, caberia direcioná-los aos motivos já expostos, pois a neutralidade implicava em não declarar guerra contra nenhum dos lados, mas os discursos e posicionamentos afluíam para um, ou para outro.

Finalizando esta reflexão, é importante considerar a contribuição de Garcia, que ao citar a pesquisador Vinhosa, que também contribui com este estudo, mostra as motivações brasileiras para o rompimento da neutralidade:

A posição brasileira em relação ao conflito tinha evoluído da neutralidade inicial até o reconhecimento do estado de beligerância com a Alemanha, em 26 de outubro de 1917. A justificativa oficial para a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados vinculou essa atitude à “política tradicional de amizade para com os Estados Unidos” e à “solidariedade continental” em um “momento crítico na história do mundo”. Segundo Francisco Luiz Teixeira Vinhosa, entre as várias razões que teriam levado o Brasil a entrar na guerra, relacionadas inclusive com problemas de ordem interna, uma delas seria a de contornar as pressões externas e as restrições impostas pelos aliados, principalmente devido ao policiamento dos mares realizado pela Marinha britânica e à introdução das listas negras. Ao decidir associar-se à coalizão que viria a ser vitoriosa nos campos de batalha, o Brasil procurava evitar arcar com os custos de um tratamento discriminatório por parte de seus tradicionais parceiros comerciais, na expectativa também de vir a obter em troca algum tipo de apoio ou recompensa no futuro. (GARCIA, 2000, p. 7).

A entrada do Brasil na guerra, a organização para tanto, deve ser entendida com as motivações anteriormente descritas. Contudo, como já referenciado ao longo deste estudo, o café e seu reembolso impulsionaram este cenário.

## 2.2 O CAFÉ NOS ANOS DA GUERRA

A preocupação deste estudo é demonstrar como o café foi um aspecto significativo da decisão do Brasil de romper com a neutralidade e declarar guerra à Alemanha. Em que pese o torpedeamento dos navios brasileiros pelos alemães, esta situação, por si só, não seria suficiente para o envolvimento militar do Brasil no conflito, pois uma solução diplomática poderia resolver a questão, ou pelo menos, ser considerada como principal estratégia e evitar uma declaração de estado de guerra. O afundamento dos navios consistia mais em um estratagema de guerra, de modo a não fortalecer os inimigos, do que propriamente uma agressão da Alemanha ao Brasil.

Assim, mostrar o interesse brasileiro em relação ao seu produto mais valorizado de exportação – o café – pode auxiliar na compreensão das intenções brasileiras ao decidir entrar no conflito aos lados da Tríplice Entente. Para isto, uma descrição da produção e comercialização do café no período.

O Brasil, até os anos 50 do século passado, era o principal produtor de café do planeta, como se pode evidenciar pela tabela a seguir:

Tabela 2 – Participação brasileira na produção mundial de café 1900 a 1998 (em mil sacas 60 kg)

Período	Produção Mundial	Produção Brasileira	Participação (%)
1900	15.100	12.069	80
1910	14.350	10.653	74
1920	20.290	17.116	84
1930	25.230	17.652	70
1940	26.500	15.797	60
1950	31.300	16.754	54
1960-69	67.585	25.370	38
1970-79	72.317	19.370	27
1980-89	90.724	26.515	29
1990/99	97.495	26.361	27

Fonte: O Café... (2005).

Observando os elementos desta tabela, percebe-se que no período estudado, o café brasileiro era basicamente 80% da produção mundial, até as duas primeiras décadas do século XX. A reforçar a importância do café brasileiro, quando se compara as linhas férreas que foram construídas no Brasil para transporte do café, temos a seguinte situação:

Tabela 3 – Linhas Férreas no Brasil – Século XIX e XX

Período	Km Total do país	Km nas regiões cafeeiras	%
1854	14,5	14,5	100
1859	109,4	77,9	71,2
1864	411,3	163,2	39,6
1869	713,1	450,4	63,1
1874	1.357,3	1.053,1	77,5
1879	2.895,7	2.395,9	82,7
1884	6.324,6	3.830,1	60,5
1889	9.076,1	5.590,3	61,5
1894	12.474,3	7.676,6	61,5
1899	13.980,6	8.713,9	62,3
1904	16.023,9	10.212,0	63,7
1906	17.340,4	11.281,3	65,1
1929	32.000,3	18.326,1	57,2

Fonte: adaptado de Silva (1986, p. 52).

Na expansão das linhas férreas, o estado brasileiro priorizou as regiões produtoras de café, na proporção de cada 10 km de trilhos, aproximadamente 8 eram destinados à estas regiões, praticamente até o final do século XIX. Este percentual só vai decair nas primeiras décadas do século XX, mas à exceção do ano de 1864, em todos os períodos, sempre foi superior a 57%.

Organizada a economia cafeeira, a despeito dos problemas e carências, que não trataremos aqui, o produto se torna a principal fonte de geração de divisas externas. As exportações no decênio da guerra, tem como destino maior os EUA, seguidos pela Europa. Na tabela a seguir, os maiores compradores do café brasileiro no período.

Tabela 4 – Principais compradores do Café Brasil na segunda década do século XX

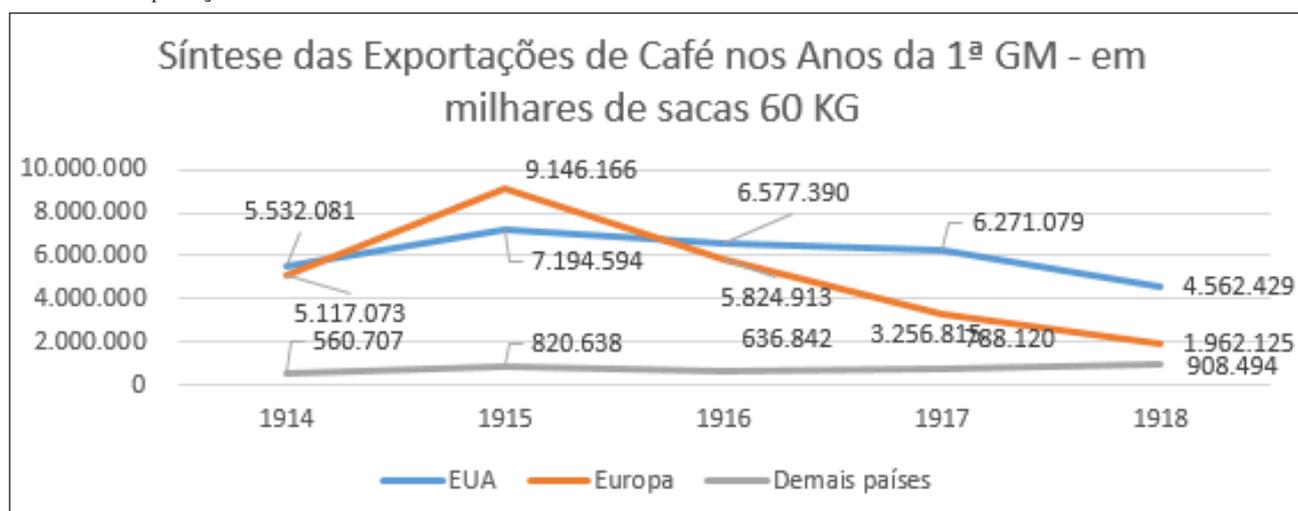
Quantidade de Café por País Comprador - Sacas de 60 kg (principais destinos)											
	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	Total	%
EUA	4.501.887	4.444.973	5.092.661	4.914.730	5.532.081	7.194.594	6.577.390	6.271.079	4.562.429	49.091.824	52%
França	660.496	874.928	1.187.268	1.846.944	1.083.845	2.499.222	2.735.953	2.104.262	354.398	13.347.316	14%
Holanda	1.077.605	1.413.412	1.183.255	1.483.097	1.047.513	1.486.994	367.745	105.122	0	8.164.743	9%
Alemanha	1.219.924	1.803.991	1.820.407	1.865.632	656.389	0	0	0	0	7.366.343	8%
Itália	136.393	204.933	205.605	237.126	600.142	710.800	1.058.748	716.150	1.109.433	4.979.330	5%
Suécia	114.315	181.623	164.418	212.034	487.002	2.333.386	662.055	2.034	75.282	4.232.149	4%
Grã-Bret.	217.763	270.114	171.201	246.161	316.819	413.786	574.952	252.994	782	2.464.572	3%
Argentina	193.225	225.187	237.169	249.060	236.423	269.987	250.424	301.221	486.166	2.448.862	3%
Bélgica	324.506	338.723	405.583	444.988	214.596	0	0	0	0	1.728.396	2%
Espanha	81.272	88.339	112.384	108.928	98.094	106.329	145.814	156.482	88.353	985.995	1%
Total	8.527.386	9.846.223	10.579.951	11.608.700	10.272.904	15.015.098	12.373.081	9.909.344	6.676.843	94.809.530	100%

Fonte: IBGE (2018a).

A tabela mostra os americanos como maiores consumidores do café brasileiro. Na Europa, a França acabou por tornar-se o principal comprador, mas deve-se notar que a Alemanha, nos anos que antecedem a guerra, tem números superiores, tanto em relação à França como a Holanda.

Sinteticamente, podemos dizer que o café brasileiro aportava em três locais: os EUA, a Europa e os demais países, estes representando pouco no numerário final. O gráfico a seguir mostra, nos anos da Primeira Guerra Mundial, como foi a variação das exportações. É precisamente o café enviado à Europa que interessa a este estudo, pois o produto armazenado nos portos europeus e conseqüentemente o destino deste, que irá influenciar as decisões brasileiras em relação ao conflito.

Gráfico 2 – Exportações de Café na 1ª GM



Fonte: adaptado de IBGE (2018b).

Em 1914, pouco antes de iniciar a guerra, o governo do Estado de São Paulo, para combater a desvalorização do café, adquiriu grande quantidade do produto e o depositou em portos europeus, da seguinte forma, nos dados trazidos por Vinhosa:

Ao começar a guerra, o Estado de São Paulo tinha em depósito na Alemanha, Áustria e Bélgica um total de 1.835.324 sacas de café, distribuídos pelos seguintes portos: Hamburgo, 992.190 sacas; Bremen, 55.363; Trieste, 67.087; Antuérpia. 720.684. Essa mercadoria, recolhida em armazéns gerais dessas cidades, servia de garantia a dois empréstimos contraídos na Europa, pelo Estado de São Paulo, em 1913 e em 1914, com as casas J. Henry Schröder & Cia de Londres; S. Bleischroder, de Berlim e a Sociéte e o Banque de Paris et des Pays Bas. de Paris. (VINHOSA, 1990, p. 311).

O número total de sacas descrito anteriormente corresponde a 26% do total do café exportado pelo Brasil naquele ano. Trata-se, portanto, de um recurso considerável e que, a partir da eclosão da guerra, fica em situação de risco. Zelar por este patrimônio, portanto, será uma das prerrogativas do Brasil de agora em diante.

### 3 O TRATADO DE VERSALHES E A DELEGAÇÃO BRASILEIRA

Findo o conflito, interessa a todos (participantes e não-participantes), acompanhar e influenciar o movimento das peças no tabuleiro de xadrez que é a Diplomacia. No caso brasileiro, a entrada do país na guerra, como consequência direta do rompimento da neutralidade está diretamente relacionada com a possibilidade de exercer esta influência nos acordos que se seguiram.

Oficialmente, as hostilidades entre os países beligerantes foram encerradas em 11 de novembro de 1918, com a assinatura do armistício de Compiègne. A partir daí o cenário para as negociações foi se construindo. Cada estado fez suas discussões internas, de como escolher e enviar seus membros, enquanto os países vencedores e que coordenaram o processo (EUA, França e Grã-Bretanha), discutiam quem participaria e em que condições.

Depois de seis meses, a conferencia foi realizada, na data de 28 de junho de 1919, ou seja, exatamente cinco anos após o assassinato de Francisco Ferdinando. Participaram dela 25 países, sendo três americanos (EUA, Brasil e Canadá, na condição de possessão britânica), três da Ásia (Japão, China e Império Turco-Otomano), um da Oceania (Austrália, na condição de possessão britânica) e os demais da Europa (Grã-Bretanha, Itália, França, Bélgica, Hungria, Romênia, Tchecoslováquia, Portugal, Grécia, Polônia, Alemanha, Áustria, Bulgária) com um total de 70 delegados. As delegações dos países derrotados não tinham direito a voto, contudo tinham direito a se manifestar.

Entre os países americanos, o Brasil foi o único representante da América do Sul. O fato de ter declarado guerra à Alemanha, e mais ainda, de efetivamente disposto recursos para o conflito, ou seja, executou um esforço de guerra, tem peso significativo para esta participação.

A composição da delegação brasileira teve uma série de episódios internos e externos. A este respeito, Garcia sintetiza da seguinte forma:

No entanto, apesar dos pedidos junto ao Departamento de Estado e ao Foreigner Office, tal não foi possível devido à resistência das grandes potências europeias. Segundo Heitor Lira, a França e a Grã-Bretanha, “vale dizer, Clemenceau e Lloyd George”, entendiam que “a participação do Brasil, tanto nas conferências preliminares como na conferência plenária, devia ser a mais limitada, de vez que nossa colaboração na guerra fora também a mais modesta”. Essa primeira tentativa frustrada de obter um reconhecimento no estrangeiro maior do que a realidade da política internacional assim o permitia parece sugerir um descompasso entre os fins perseguidos pela diplomacia da época e os meios disponíveis do país. A esse respeito, valeria citar o relatório do Cônsul Hamilton Pires sobre a posição brasileira perante a Europa do pós-guerra, no qual se preconizava para o Brasil a conquista de um lugar que não fosse “demasiado modesto” e que lhe garantisse “influência política”. (GARCIA, 2000, p.10).

As discussões em torno da situação do pós-guerra transformaram a cidade de Paris. O ambiente na época foi assim retratado pela historiadora Margaret McMillan:

Em 1919, Paris foi a capital do mundo. A Conferência de Paris era o assunto mais importante, e o promotores da paz, os peacemakers, as pessoas mais poderosas do mundo. Reuniram-se dia após dia. Argumentaram, debateram, brigaram e refizeram o mundo. Montaram acordos. Redigiram tratados. Criaram novos países e novas organizações. Jantaram juntos e juntos foram ao teatro. Por seis meses, de janeiro a junho, Paris foi, a um só tempo, o governo do mundo, seu tribunal de recursos e seu

parlamento, o foco de seus receios e de suas esperanças. Oficialmente, a conferência durou ainda mais e entrou para o ano de 1920, mas aqueles primeiros meses foram os que valeram, quando as decisões-chave foram tomadas e as sequências cruciais de eventos postas em movimento. O mundo nunca viu algo parecido, e nunca mais verá (MCMILAN, 2004, p. 7).

Para compor a delegação brasileira na conferência, houveram alguns contratemplos e desentendimentos.

A delegação brasileira, que deveria ter sido liderada por Rui Barbosa (1849-1923), teve à sua frente o Presidente Epietácio Pessoa. Na sua pessoa tinha-se um representante estreitamente vinculado com a cultura francesa e declarado admirador da França. Esses elos e a sua afinidade emocional foram fortalecidos sobretudo no período de seus estudos em Paris nos anos que precederam a Guerra Mundial. Assim, na ocasião de uma entrevista dada à imprensa em 6 de junho de 1919, às vésperas de sua partida, Epietácio Pessoa salientou que o Brasil desejava uma aproximação cada vez mais estreita com todas as nações amigas e aliadas, não haveria, porém, outra nação com a qual o Brasil mais ardentemente desejava uma tal comunidade de interesses e reciprocidade de serviços do que a França. Pelo lado francês, a elevada simpatia e alta consideração pelo Brasil e seu Presidente manifestaram-se no desejo que este retornasse a seu país a bordo de navio francês. O simbolismo desse ato foi intensificado pela escolha do cruzador encouraçado *Jeanne-D'Arc*, conduzido sob a bandeira do Contra-Admiral Grout. Essa alta consideração pelo país e seu representante pode ser também constatada pelo fato de que, como nenhum outro político, Epietácio Pessoa recebeu, na sua partida, particular atenção da publicidade francesa (BISPO, 2009).

Superados estes obstáculos, chegou-se ao final com a seguinte composição:

A delegação completa do Brasil enviada à Conferência da Paz era composta pelos seguintes nomes: Epietácio Pessoa, João Pandiá Calógeras, Olinto Magalhães e Raul Fernandes, enviados na função de delegados plenipotenciários; Rodrigo Otávio de Langaard Meneses, na função de consultor jurídico; comandante Malan d' Angrogne, na função de consultor técnico naval; capitão de fragata Armando Burlamaqui, na função de consultor naval; Hélio Lobo, na função de secretário-geral; e mais sete secretários e oito adidos. (FAGUNDES, 2018).

Já no cenário das negociações, os brasileiros vinham com praticamente duas tarefas: requerer a indenização do torpedeamento dos navios efetuado pelos alemães, e resguardar as sacas de café estocadas nos portos alemães, belgas e italianos. O fato da conferência ser realizada na França também foi alvo da atenção da delegação brasileira, pois as relações culturais entre os países eram intensas.

O papel do Brasil na Conferência da Paz de 1919 tem sido considerado sobretudo sob o aspecto dos interesses econômicos e da potência do país após a vitória dos aliados e na nova configuração de poderes. Menciona-se a questão da venda de café armazenado em portos europeus e o tratamento de navios alemães apreendidos durante o conflito bélico. A perspectiva cultural, porém, não deveria ser também aqui subestimada. Esta dirige a atenção à extraordinária relevância da participação de representantes brasileiros que dominavam a língua francesa e que, pelos modos de procedimento, postura e atuação demonstravam traços profundos da cultura francesa na sua formação, sendo assim aceitos como personalidades dignas de simpatia e consideração e vistos como homens de distinção e cultivo. (BISPO, 2009).

Para as negociações, todos os detalhes foram planejados e executados. Desde a resistências ao número de delegados que o Brasil poderia ter, até a disposição dos lugares à mesa de debates:

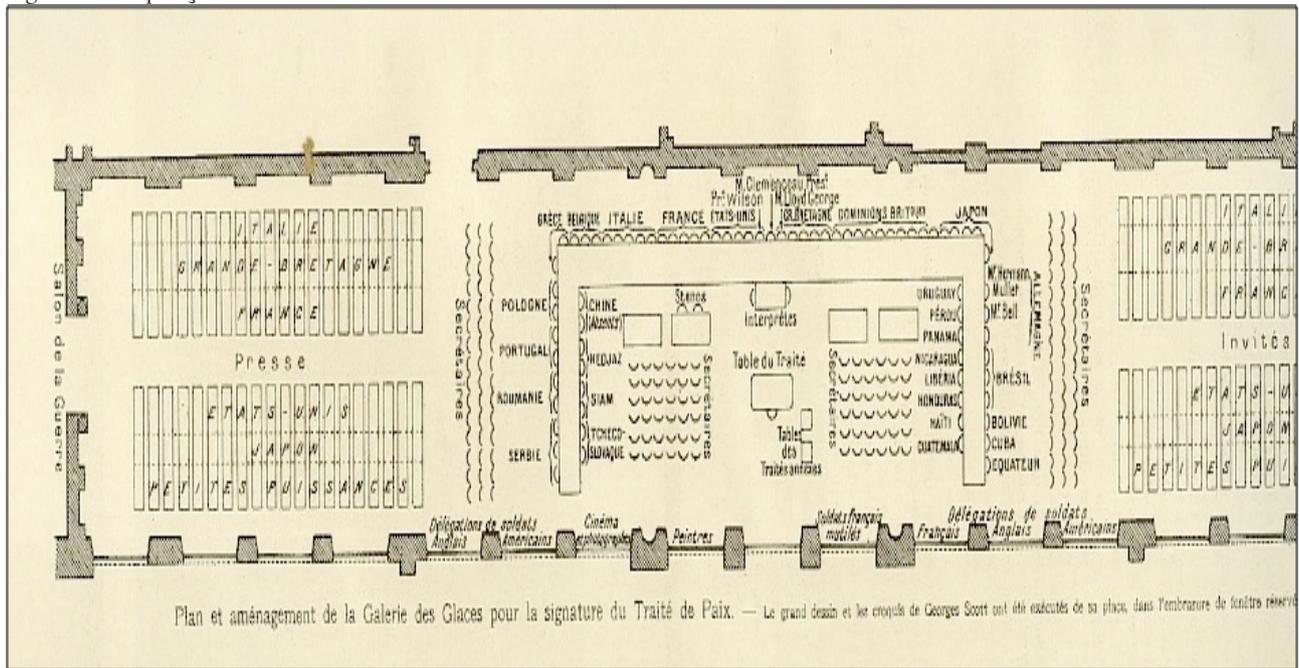
Na sala do Trianon-Palace, a mesa foi encabeçada pelos Estados Unidos, com os seus secretários, juntamente com a França, e pela Grã-Bretanha. Do outro lado, encontravam-se os delegados e os cinco comissários da delegação alemã. Na divisão da mesa, sentaram-se, na fila exterior, em ordem de proximidade, a França, a Itália, a Bélgica e o Brasil, demonstrando, assim, a relevância emprestada ao país. O Brasil localizou-se na ponta da mesa em proximidade à delegação alemã. À frente dos delegados brasileiros, sentaram-se representantes da China. Nessa fila, encontravam-se representantes de países de influência francesa: Sião, Panamá, Nicarágua, Libéria, Honduras, Hedjaz (ausente)<sup>2</sup>, Haiti, Guatemala, Cuba. Na ala dominada pela Grã-Bretanha, sentaram-se representantes do Canadá, da

<sup>2</sup> Pequeno estado árabe que foi independente no ano de 1916 até 1924, quando foi incorporado pela Arábia Saudita.

Austrália, da Nova Zelândia, do Japão, da Grécia, da Romênia e da Tchecoslováquia e, na ala interna, África do Sul, Índia, Polônia, Portugal e Sérvia. (BISPO, 2009).

Representação em desenho dos assentos por ocasião da assinatura do Tratado.

Figura 2 – Disposição dos assentos na assinatura do Tratado



Fonte: Bispo (2009).

A intenção brasileira na conferência, que motivou a reflexão proposta neste artigo, é assim descrita por Garcia:

(...) tratava-se de garantir o recebimento do depósito feito na casa bancária Bleischroeder, de Berlim, ao iniciar-se a guerra, resultante da venda do café que o Estado de São Paulo possuía estocado em alguns portos europeus como garantia de dois empréstimos por ele contraídos. A partir de gestões conduzidas por Epiácio Pessoa, no âmbito da Comissão Financeira, obteve-se o reconhecimento da responsabilidade alemã pelo pagamento. A questão foi resolvida favoravelmente pelo Tratado de Versalhes, pois “à Alemanha foi determinada a restituição da importância referente à venda do café ao câmbio do dia do depósito e com os juros convencionados, a partir do dia do depósito”. (GARCIA, 2000, p. 13).

O Brasil consegue, em meio às negociações, o compromisso por parte do governo alemão em saldar os valores referentes ao café depositado nos portos já mencionados. A redação do Tratado que assegurou este objetivo está expressa no artigo 263:

A Alemanha garante ao governo brasileiro o reembolso, com juros à taxa ou taxas que houverem sido convencionadas, de todas as somas depositadas no Banco Bleichroder, em Berlim, provenientes da venda de café, pertencente ao Estado de São Paulo, nos portos de Hamburgo, Bremen, Antuérpia e Trieste. A Alemanha, tendo-se oposto à transferência, em tempo útil, das ditas somas ao Estado de São Paulo, garante igualmente que o reembolso se efetuará à taxa cambial do marco do dia do depósito. (FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 1920, p. 315).

Embora com algumas ressalvas, o valor foi reembolsado em 1921:

Na mensagem apresentada ao congresso Nacional, em 03 de maio de 1921, o presidente Epiácio Pessoa anunciou que “todo o depósito da Casa Bleichroder, em importância superior a 125.000.000 de marcos, já foi posto em Londres à disposição do governo de São Paulo”. Ficava ainda indefinida a parte da dívida oriunda das diferenças de câmbio, cujo pagamento era responsabilidade não só do

governo alemão, mas a liquidação oferecia sérios embaraços não só pelas dificuldades financeiras da Alemanha, mas também devido ao fato de o Tratado Versalhes, nos artigos 236 e 248, ter sujeitado não só os recursos econômicos da Alemanha, como todos os seus bens de fontes de renda ao pagamento das reparações e outras responsabilidades. (VINHOSA, 1990, p. 217, grifo do autor).

Considerando as dificuldades, o Brasil obteve razoável êxito na sua trajetória nas negociações do pós-guerra. Os imbrólios financeiros com a Alemanha perduraram por quase uma década, e também a inclusão do Brasil na Liga das Nações, antecessora da ONU, não logrou maiores êxitos pois a não adesão dos EUA fez a entidade perder de importância. Todavia, pode-se dizer que o trabalho diplomático não foi em vão.

Exposta a atuação brasileira, pode-se refletir a respeito dos motivos que levaram o país a abandonar a posição de neutralidade. Ao levar para Versalhes como principais reivindicações as questões relativas aos navios afundados e o café, presume-se que estas eram as preocupações do estado brasileiro quando da declaração de guerra.

A reflexão proposta neste estudo é de que a questão relativa ao café tem um peso maior nesta decisão, por várias razões. A primeira delas seria a de que a política brasileira era representada em boa parte por cafeicultores. Daí se depreende que quaisquer riscos a esta atividade, seriam vistos pelo estado como prioridade. A confirmar este cenário, as intervenções praticadas no período:

A primeira experiência de sustentação dos preços – defesa – ocorreu no âmbito do Convênio de Taubaté, empreendido pelo estado de São Paulo a partir de 1906, arquitetado internamente por Alexandre Siciliano e financiado por Edmund Sielcken, no plano externo, no sentido de formação de consórcios que centralizassem e regulassem os estoques visíveis aos excedentes de produção, de modo que uma oferta aparente decorrente dessa centralização forçasse a alta dos preços. A arrematação, pelo estado de São Paulo, da custódia dos cafés estocados em diversos portos estadunidenses e europeus e o seu transporte e estocagem, em apenas duas grandes praças de redistribuição, praticamente colocava a produção nacional à mercê de casas comissárias ligadas a poucos importadores de grosso calibre, localizados principalmente em Nova Iorque e Hamburgo, cujos ganhos variáveis, significavam, sobretudo, forçar o aumento de preço para torradores e consumidores finais deste bem no mercado norte-americano e europeu. Ao mesmo tempo em que, para os envolvidos na cadeia produtiva do café, ficava subentendida, então, garantia de preços que remunerassem todas as instâncias envolvidas mesmo em períodos de produção excedentária. (TOSI; FALEIROS, 2017).

Entre 1917 e 1918, o Brasil voltaria a intervir, sempre com o intuito de regular o valor do produto, o que, segundo os autores, seria frequente até a metade do século XX.

Uma segunda reflexão seria a respeito das indenizações relativas aos torpedeamentos, que certamente contribuíram para a decisão de entrar na guerra. Contudo, estes torpedeamentos estão relacionados ao envio dos produtos agrícolas para a Europa, ou seja, também funcionam como instrumento de pressão na mesma dinâmica do produto estocado nos portos.

Finalmente, como terceiro aspecto a ser analisado, a dependência econômica do país em relação aos recursos externos provenientes do comércio do café. As exportações brasileiras para a Europa representavam cerca de 50% do volume total. Com o início das batalhas, este comércio decaiu significativamente, aumentando assim a preocupação com o produto localizado na Europa.

O conjunto de fatores políticos e econômicos em torno da cafeicultura, faz com que o Estado brasileiro se organizasse em torno da preservação desta atividade. Assim é que, a entrada do Brasil na guerra, não pode ser observada sem que o destino do café seja considerado como, se não o principal motivo, mas como o mais significativo dos fatores.

A concentração da atividade cafeeira no Sudeste, que foi aqui descrita, acabaria por influenciar os rumos do país no futuro, pois quando do aumento da infraestrutura destinada à industrialização, a região Sudeste recebeu o maior número de investimento do Estado, situação que se manifesta até os dias de hoje, sendo nítida a desigualdade regional.

## REFERÊNCIAS

- BISPO, A. A. Conferência da Paz de Versailles. Alsácia, relações franco-alemãs e o papel do Brasil: Epitácio Pessoa (1865-1942). **Revista Brasil-Europa. Correspondência Euro-Brasileira**. 2009. Disponível em: <http://www.revista-brasil-europa.eu/120/GuerraMundialBrasil.html>. Acesso em: 1 fev. 2018.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1912**. 2018a. Disponível em: [biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1908\\_1912\\_v3.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v3.pdf). Acesso em: 25 jan. 2018.
- IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1936**. 2018b. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1936.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1936.pdf). Acesso em: 25 jan. 2018.
- IBGE. **Brasil 500 anos**. 2018c. Disponível em <https://brasil500anos.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 jan. 2018.
- FAGUNDES, L. **Participação brasileira na conferência de paz de Versalhes**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTICIPAC%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20NA%20CONFER%C3%8ANCIA%20DA%20PAZ%20DE%20VERSALHES.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2018.
- FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Relatório 1920**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1920. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio\\_1920-1921.pdf](http://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1920-1921.pdf). Acesso em 01 de fevereiro de 2018.
- GARCIA, E. V. Aspectos da vertente internacional do pensamento político de Rui Barbosa. **Textos de História**. v. 4, n. 1. Florianópolis: UFSC, 1996.
- GARCIA, E. V. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)**. Porto Alegre/Brasília: UFRGS/FUNAG, 2000.
- MCMILLAN, M. **Paz em Paris, 1919**: a Conferência de Paris e seu mister de encerrar a Grande Guerra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- O CAFÉ NO BRASIL - HISTÓRIA, PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO. **Revista Cafeicultura**, 18 dez. 2005. Disponível em: <http://revistacafeicultura.com.br/?mat=3640>. Acesso em: 01 fev. 2018.
- PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- SODRÉ, N. W. **BRASIL: radiografia de um modelo**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- TOSI, P. G. S.; FALEIROS, R. N. O Café no Brasil: Produção e Mercado Mundial na primeira metade do século XX. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica; 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. 2017, Niterói. **Anais** [...]. Niterói, 2017. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/41%20O%20Caf%C3%A9%20no%20Brasil%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20e%20Mercado%20Mundial%20na%20primeira%20metade%20do%20s%C3%A9culo%20XX.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2018.
- VINHOSA, F. L. T. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial**: a diplomacia brasileira e as grandes potências. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

